



I – INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS SOBRE A DESPESA	
PROCESSO SEMA-PRO-2025/37039	
1 - ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE - SEMA/MT	2 - TERMO DE REFERÊNCIA nº 081/GCC/2025
3 - Número da Unidade Orçamentária: 27101	4 - Descrição da Categoria de Despesa: Capacitação
5 – Unidade Administrativa Solicitante: Gerência de Capacitação e do Conhecimento - GCC	

II – FUNDAMENTAÇÃO MÍNIMA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso, no exercício de suas competências institucionais, demanda constante capacitação de seus servidores quanto às normas e práticas atualizadas relacionadas às contratações públicas, com vistas a assegurar maior eficiência, economicidade e regularidade jurídica dos processos de aquisição de bens e serviços.

Com a publicação da Resolução CEHIDRO nº 178/2024 que aprovou o Plano de Capacitação em Recursos Hídricos para o período de 2024 a 2027, foi previsto a disponibilização de orçamento para a capacitação dos servidores da Coordenadoria de Aquisições e Contratos - CAC.

Nesse contexto, o referido evento abordará aspectos técnicos e práticos da elaboração de preços e formação de custos nas contratações públicas, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e normativos correlatos.

A capacitação proporcionará aprimoramento dos conhecimentos dos servidores envolvidos com planejamento, elaboração de termos de referência, editais e análise de propostas, contribuindo diretamente para a melhoria da gestão pública, a prevenção de falhas e o atendimento ao princípio da eficiência e economicidade previstos no art. 37 da Constituição Federal.

Dessa forma, a participação no referido curso revela-se necessária para o fortalecimento das competências técnicas da equipe responsável pelas contratações, repercutindo positivamente na execução das atividades da Secretaria e no alcance do interesse público.





1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de 02 (duas) inscrições para participação no curso online Masterclass de Formação de Preços das Contratações Públicas, a ser realizado de 10/11/2025 a 11/11/2025, destinado à capacitação de servidores da Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

2.1. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: SEMA

Unidade Orçamentária: 27101

Unidade Gestora: 0003

Função: 18

Subfunção: 544

Programa: 393

Ação (PAOE): 2440

Região: 9900

Natureza de Despesa: 3.3.90.39.051

Fonte de Recurso: 2700.0000

Tipo de Recurso: 1

Exercício: 2025

2.2. ESPECIFICAÇÃO DETALHADA

Tipo	Seq.	Código/Descrição	Un. Aquis.	Elem./Sub	Qtde.	Valor Unit.	Valor Total
Item	1	1077515 - INSCRIÇÃO DE SERVIDOR PARA PARTICIPAÇÃO EM EVENTO.	1 UN	3951 - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE PESSOAL	2	R\$ 3.490,00	R\$ 6.980,00
Valor Total Global:						R\$ 6.980,00	





Objeto: Aquisição de 02 (duas) inscrições para participação no curso online Masterclass de Formação de Preços das Contratações Públicas.

Período de realização: 10/11/2025 a 11/11/2025.

Local: online.

Objetivo: Aprimoramento dos conhecimentos dos servidores envolvidos na realização de pesquisa de preços, contribuindo para o aperfeiçoamento dos procedimentos legais, critérios e parâmetros, para realização de pesquisa de preços no mercado, assim como aspectos práticos e cuidados a serem adotados para elaboração do orçamento estimativo, de forma que os servidores possam aplicar em suas atividades laborais as práticas mais adequadas para uma célere e consistente elaboração do orçamento estimativo, de acordo com a Lei Federal 14.133/2021.

Conteúdo programático:

1 – Introdução: A Obrigação de Licitar, Normas Gerais, Objetivos legais. Proposta mais vantajosa. Conceitos de preço, valor, custos fixo e variável e economia de escala. Preço de mercado, preço estimado, preço máximo, preço transacional e preço contratado.

2 – Planejamento: Estudos Preliminares, Análise de Riscos, Termo de Referência ou Projeto Básico.

3 – Pesquisa de Preços: Procedimentos de pesquisa de preços no mercado e a IN 73/2020. Novos procedimentos de pesquisa de preços da Lei Federal 14.133/2021. IN 65/2021 e IN 91/2022. Fontes de consulta de preços. Tratamento e saneamento da amostra de preços. Média Saneada.

4 – Planilha Orçamentária: Elementos essenciais. As diferentes planilhas de quantitativos e preços unitários. BDI (benefício e despesas indiretas). Planilha de custos e formação de preços de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra da IN 05/2017. Sigilo do Orçamento.

5 – Aceitabilidade de Preços e Critério de Adjudicação: Preço máximo aceitável. Critério de adjudicação. Jogo de Planilhas. Análise da exequibilidade, Súmula TCU 262, IN 73/2022. Negociação do preço no pregão. O preço do contrato.

6 – Equilíbrio Econômico-Financeiro: Equação econômico-financeira, reajuste, repactuação e revisão do preço contratado, sob a ótica da Lei Federal 14.133/21 e comparativo com a Lei Federal 8.666/93.





3. DA JUSTIFICATIVA

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso tem a necessidade de constante capacitação de seus servidores, especialmente aqueles que atuam nas áreas de planejamento, elaboração de termos de referência, orçamentos estimativos e condução de processos licitatórios, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

O curso “Masterclass de Formação de Preços das Contratações Públicas”, a ser realizado de 10 a 11 de novembro de 2025, com carga horária de 16 horas, apresenta conteúdo técnico voltado à aplicação prática de normas legais, procedimentos de pesquisa de preços no mercado e critérios para elaboração de orçamento estimativo. Entre os temas contemplados destacam-se: estudos preliminares, análise de riscos, planilhas orçamentárias, aceitabilidade de preços, equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e atualização normativa das Instruções Normativas correlatas.

A participação de 02 (dois) servidores da Secretaria no referido curso permitirá o aprimoramento dos conhecimentos técnicos indispensáveis para assegurar maior rigor e consistência nos processos de formação de preços, prevenindo riscos de sobrepreço, superfaturamento ou preços inexequíveis, além de contribuir para decisões mais fundamentadas e alinhadas às práticas de mercado.

Trata-se, portanto, de investimento que contribuirá diretamente para a melhoria da gestão pública, para o fortalecimento da eficiência administrativa e para a observância dos princípios da economicidade e da eficiência, previstos no art. 37 da Constituição Federal, além de atender às diretrizes de governança e integridade na Administração Pública.

Assim, justifica-se a aquisição de 02 (duas) inscrições para participação no curso, considerando sua relevância, aplicabilidade prática e impacto positivo nas rotinas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso.

3.1. JUSTIFICATIVA PARA O QUANTITATIVO DE VAGAS E RESULTADOS ESPERADOS DIRETOS E INDIRETOS

Considerando a natureza das atividades desempenhadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso, em especial no que se refere a obtenção dos orçamentos estimativos, faz-se necessária a capacitação de 02 (dois) servidores que atuam diretamente nessas funções estratégicas. A escolha desse quantitativo justifica-se pelo fato de que a





participação de dois representantes permitirá não apenas a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos em suas rotinas, mas também a disseminação das informações para as demais equipes da Secretaria, promovendo efeito multiplicador. Além disso, a capacitação de mais de um servidor assegura a continuidade do aprendizado institucional, evitando que o conhecimento fique concentrado em um único agente e garantindo que a gestão não seja prejudicada em caso de afastamentos, férias ou substituições.

Com a participação no curso, esperam-se resultados diretos como o aprimoramento dos conhecimentos técnicos na aplicação das normas da Lei nº 14.133/2021 relacionadas à formação de preços, a redução de falhas nos processos de planejamento e orçamentação, maior precisão na elaboração de orçamentos estimativos e planilhas de custos e a prevenção de sobrepreços, superfaturamentos e propostas inexequíveis. De forma indireta, a capacitação contribuirá para o fortalecimento da gestão administrativa e financeira da Secretaria, para a melhoria da eficiência e da economicidade nas contratações públicas, em conformidade com o art. 37 da Constituição Federal, para a difusão do conhecimento adquirido entre os demais servidores e, ainda, para a conformidade dos processos junto aos órgãos de controle interno e externo, reduzindo riscos de apontamentos ou responsabilizações.

3.2. DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

A escolha do fornecedor se justifica pelo fato de que o Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública Ltda. é o responsável exclusivo pela organização e comercialização das inscrições no curso “Masterclass de Formação de Preços das Contratações Públicas”, não havendo, portanto, possibilidade de aquisição por intermédio de outros prestadores.

3.3. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, DA ANÁLISE DE RISCO E DO PARECER TÉCNICO SETORIAL E CENTRAL

O estudo técnico preliminar possui o objetivo de modelar os parâmetros da contratação. Apesar de ser uma peça importante, nem sempre ela é obrigatória. Nos termos do art. 38, I, do Decreto Estadual nº 1.525/2022, o ETP pode ser dispensado em caso de contratação de obras, serviços, compras e locações cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, independente da forma de contratação. Portanto, considerando o valor da presente contratação, o ETP está dispensado, já a análise de risco,

ASSINADO POR: SIBELLE CHRISTINE GLASER JAKOBI EM 14/10/2025, ALEX SANDRO ANTONIO MAREGA EM 14/10/2025, VALDINEI VALÉRIO DA SILVA EM 14/10/2025, WALDEMAR GARCIA NUNES JUNIOR EM 14/10/2025, FÁTIMA APARECIDA DE CARVALHO EM 14/10/2025, ROSENILDA ISABEL DELGADO EM 14/10/2025, DOMINGOS CAMPOS DA SILVA EM 14/10/2025, JUCI ALVES DE ARRUDA EM 14/10/2025, LUIS HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI EM 15/10/2025, JUNIADO EM 15/10/2025 08:34:03 POR JACKELYNE PAIVA.





observamos a possibilidade de dispensa, prevista no inciso II alínea a do mesmo artigo.

Referente ao parecer técnico setorial, este será elaborado posteriormente a este Termo de Referência.

4. DA HABILITAÇÃO

4.1. A empresa deverá apresentar a título de habilitação os seguintes documentos, tendo em vista que a contratação envolve valor inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral, conforme art. 138 do Decreto Estadual nº 1.525/2022, e valores atualizados por meio do Decreto Federal nº 11.317/2022:

- a) Contrato ou estatuto social atualizado;
- b) Documento de identidade do sócio administrador e procurador, se houver, com procuração respectiva;
- c) Prova da inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública através de consulta ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS da Controladoria-Geral da União.

5. DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A fiscalização será exercida por servidores designados pela Contratante, o qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do presente Contrato.

Gestor: Zeliana Paula Paz de Miranda

Fiscal Titular: Ariadne cristina Gonçalves de Queiroz, matrícula: 252608.

Fiscal Substituto: Elaine Cristina Vicente da Silva, matrícula: 322501.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado em **PARCELA ÚNICA**, mediante a apresentação da Nota Fiscal e documentação de regularidade fiscal necessária a estabelecida em lei.

6.2. Caberá ao Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública Ltda manter atualizados os dados abaixo fornecidos:

CNPJ: 10.498.974/0001-09;

Banco: Banco do Brasil





Agência: 1622-5

Conta Corrente: 105678-6

Contato: (41) 3778-1887, (41) 98877-0234

6.3. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ nº 56.085.410/0001-37 e somente será paga mediante o atesto do fiscal do contrato.

6.4. A Contratada deverá indicar no corpo das notas fiscais o número do contrato e ordem de serviço, o número e nome do banco, agência e número da conta na qual deverá ser realizado o pagamento, via ordem bancária.

6.5. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, serão devolvidas à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, retomando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação válida.

6.6. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente, após a entrega do certificado de participação pelo servidor e apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato/objeto, obedecendo aos prazos estabelecidos em Lei e Decretos vigentes

6.7. Toda Nota Fiscal deverá ser entregue, juntamente com a apresentação da regularidade fiscal, conforme disposto no Decreto n. 8.199/2006, por meio das certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do respectivo prazo de validade expresso na própria certidão.

6.8. O pagamento será efetuado após a nota fiscal estar devidamente atestada pelo fiscal do contrato e acompanhada da prova da regularidade fiscal perante o Estado de Mato Grosso, conforme disposição do art. 347 do Decreto Estadual nº 1.525/2022.

7. JUSTIFICATIVA DA FORMAÇÃO DO PREÇO

7.1. O preço foi formado de acordo com a proposta comercial apresentada pela contratada.

7.2. O investimento proposto pela empresa é de R\$ 6.980,00 (seis mil, novecentos e oitenta reais).

Verifica-se que o valor oferecido à SEMA/MT é o mesmo ofertado a qualquer outra empresa, pois o valor é disponibilizado diretamente no site da empresa, disponível em:

<https://negociospublicos.com.br/masterclass-de-formacao-de-precos-nas-contratacoes-publicas-novembro-2025/pdf/programacao.pdf>, dessa forma não há distinção de empresa





para o valor cobrado, todas irá adquirir pelo mesmo valor.

8. DEMAIS REQUISITOS LEGAIS PARA O DEVIDO PROSSEGUIMENTO DA DEMANDA e JUSTICATIVA DA MODALIDADE ESCOLHIDA

Informa-se que a **ausência do checklist** justifica-se pelo fato de que o documento se traduz em elemento utilizado para averiguação de regulares andamentos processuais, ante o fato de que este procedimento se regula pela nova lei de licitações 14.133/2021, os novos procedimentos regidos pela lei carecem de checklist atualizado, visto que o atual constante no site da PGE é do ano de 2017, inviável, portanto, para o presente caso.

A fim de obedecer aos termos e condições estabelecidas no Decreto Estadual 4630/2002 que prevê critérios para a participação de servidores públicos estaduais em conferências, congressos, cursos, treinamentos e eventos similares, segue em anexo **Minuta do Termo de Responsabilidade**, que deverá ser de responsabilidade do **Fiscal Titular**, garantir o efetivo preenchimento por todos os participantes do evento.

No que tange à modalidade de licitação escolhida, quanto a aquisição das inscrições do referido evento, cuja instituição que promove o "Masterclass de Formação de Preços das Contratações Públicas" é única autorizada no Brasil, é o **Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública Ltda, CNPJ: 10.498.974/0001-09**, sendo detentora exclusiva da realização do "Masterclass de Formação de Preços das Contratações Públicas" que será realizado nos dias 10 e 11 de novembro.

Logo, fundamentada com base no artigo 74, III, "f", da Nova Lei de Licitações nº 14.133/21, caracterizando assim o processo como **inexigibilidade de licitação**.

Por fim, certifico e dou fé que não há incoerência em quaisquer das vedações impostas pela Lei n.º 14.133/2021 (art. 7º c/c art. 117).

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Executar os serviços conforme especificações deste termo de referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

9.2. Responsabilizar-se pelo recebimento da nota de empenho

9.3. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Contratante ou a terceiros;





- 9.4. Utilizar instrutores habilitados para ministrar o treinamento, de conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 9.5. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer dos serviços;
- 9.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- 9.7. Confirmar a inscrição dos participantes;
- 9.8. Prestar suporte ao participante por e-mail e telefone;
- 9.9. Providenciar os materiais, equipamentos e quaisquer recursos didáticos a serem utilizados na capacitação;
- 9.10. Controlar a frequência dos participantes;
- 9.11. Disponibilizar local e infraestrutura para realização da capacitação;
- 9.12. Ministrar a capacitação de acordo com o cronograma definido na proposta;
- 9.13. Entregar o Certificado de conclusão de curso aos participantes;
- 9.14. Encaminhar a nota fiscal juntamente com as CND's necessárias para pagamento.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. Inscrever os participantes;
- 10.2. Encaminhar nota de Empenho
- 10.3. Comunicar à empresa todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação do serviço;
- 10.4. Comunicar à empresa todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação do serviço;
- 10.5. Fiscalizar a prestação do serviço.

11. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. Na hipótese da ocorrência de quaisquer infrações contratuais ou legais, especialmente de inadimplemento de obrigação pela CONTRATADA, esta estará sujeita às sanções previstas no Art. 156 e ss da Lei nº. 14.133/2021, sendo que, para fixação das penalidades, serão observados os seguintes critérios:





11.2. Advertência por escrito, admitida inicialmente, pela infringência de qualquer item pactuado, desde que sem consequências nos prazos e nos valores do CONTRATO;

11.3. Multa, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato, quando a CONTRATADA, sem a existência de motivo justo, rescindir ou der causa à rescisão do Contrato;

11.4. Poderá ser aplicada multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato, caso a CONTRATADA descumpra qualquer outra condição ajustada e, em especial, quando não se aparelhar convenientemente para a execução dos serviços.

11.5. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

11.6. Declaração de idoneidade que impede o licitante/contratado de licitar/contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Poderá haver a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, assim que o licitante/contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na subcláusula anterior;

11.7. As sanções previstas nas subcláusulas anteriores, quando cabíveis, poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada à defesa prévia do interessado, no prazo previsto na Lei nº. 14.133/2021.

11.8. Serão assegurados à CONTRATADA, em qualquer caso, o contraditório e a ampla defesa.

11.9. A imposição de qualquer penalidade não exime a CONTRATADA do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos causados à CONTRATANTE.

11.10. Demais sanções conforme legislação vigente.

12. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:

12.1. Não se aplica, tendo em vista se tratar de entrega imediata do serviço, formalizado por meio de instrumento equivalente (ordem de serviço/nota de empenho) que não o contrato, dos quais não resultem obrigações futuras.

13. DA GARANTIA:





Não se aplica.

14. LEGISLAÇÃO APLICADA AO OBJETO

14.1. Lei nº 14.133/2021, suas alterações e demais legislações pertinentes

14.2. Decreto Estadual nº 1.525/2022 .

14.3. São partes integrantes deste Termo de Referência:

A) ANEXO I - Minuta do Termo de Responsabilidade.

Cuiabá-MT, 14 de outubro de 2025.

Elaborado por:

Rosenilda Isabel Delgado
Gerente de Conhecimento
GCC/CGP/GSAAS/SEMA-MT

De acordo:

Domingos Campos da Silva
Coordenador de Gestão de Pessoas
CGP/GSAAS/SEMA-MT

Sibelle Christine Glaser Jakobi
Coordenadora em substituição
COH/SURH/GSALARH/SEMA-MT

Luiz Henrique Magalhães Noquelli
Superintendente
SURH/GSALARH/SEMA-MT





TERMO DE ANÁLISE, APROVAÇÃO E AUTORIZAÇÃO

1- ANÁLISE E APROVAÇÃO:

Atestamos para os devidos fins que dispomos de capacidade orçamentária e financeira para fazer frente às despesas deste Termo de Referência nº 081/GCC/2025 seus anexos e constatamos a regularidade dos autos.

Juci Alves de Arruda Franco

Coordenadora

CCONT/GSAAS/SEMA-MT

Fátima Aparecida de Carvalho

Coordenadora

COC/GSAAS/SEMA-MT

Waldemar Garcia Nunes Junior

Coordenador

CFIN/GSAAS/SEMA-MT

Valdinei Valério da Silva

Secretário Adjunto de Administração Sistêmica

GSAAS/SEMA-MT

2- AUTORIZAÇÃO

Analisado e aprovado o Termo de Referência nº 081/GCC/2025, AUTORIZO a realização do Certame Licitatório na modalidade INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, a ser realizado na forma indicada no Termo de Referência, no processo administrativo e na legislação vigente.

Data: 14/10/2025.





GOVERNO DO ESTADO
DE MATO GROSSO

Alex Sandro Antonio Marega

Secretário Adjunto Executivo

GSAE/SEMA-MT

